



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0007545-87.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Ordem Tributária**  
 Documento de Origem: **IP, OF - 138/2014 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 122/2014 3 PJ - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **CRISTIANO MARCASSO e outro**  
 Vítima: **Fazenda Pública Estadual**

Aos 09 de maio de 2017, às 16:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente os réus CRISTIANO MARCASSO e KELLEEM REGINA MARCASSO CASEMIRO, acompanhados de defensor, o Drº **Paulo Yorio Yamaguchi - OAB 300504/SP**. Prosseguindo, foi ouvida uma testemunha de defesa e interrogado os réus. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. A ré foi liberada de aguardar o final do julgamento em razão de compromisso pessoal, tendo a defesa se comprometido em comparecer em cartório para assinatura da sentença no dia de amanhã. **Pela Dra. Promotora foi dito:**“MM. Juiz: KELLEEM REGINA MARCASSO CASEMIRO, qualificada a fls.10, e CRISTIANO MARCASSO, qualificado a fls.106, foram denunciados como incurso no artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, c.c. artigo 71, do CP, porque durante o período de 2008 a abril de 2009, os sócios administradores da empresa Fundação & Zincagem São Carlos Ltda, localizada na Rua Armando dos Santos, 21, Vila Izabel, nesta cidade e Comarca, previamente ajustados e com unidade de propósitos, com manifesta intenção de não recolherem impostos aos cofres públicos, suprimiram tributos a título de ICMS, mediante fraude à fiscalização tributária, ao inserir elementos inexatos em documentos exigidos pela lei fiscal, deixando de recolher ao Fisco a importância de R\$21.370,03. **A ação é improcedente**. Há dúvidas quanto ao dolo. Não se tem certeza se os réus sabiam ou não da troca de códigos na escrituração das notas. A ré Kellem não participava da administração direta da empresa e não acompanhava a contabilidade. Já o réu Cristiano, disse que pagava contador e o mesmo fazia serviços e que nunca ouviu falar do diferimento mencionado na denúncia, deixando tudo para o contador. E em razão desse acontecimento,



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

acabou dispensado o referido contador. Assim, na dúvida quanto ao dolo, requeiro a absolvição dos réus, ressaltando-se que no âmbito civil a matéria deverá ser discutida, sendo que as partes ajuizaram ação anulatória do débito fiscal (fls.111/120). **Pela defesa foi dito:**“MM. Juiz: Foram apresentadas respostas à acusação, apresentado em síntese, a nulidade *Ab Initio* por omissão a formalidade que constituía elemento essencial do ato. Também que fosse rejeitada a denúncia por falta de condição objetiva de punibilidade e falta de justa causa para o exercício da ação penal e também por falta de descrição detalhada da conduta de cada réu. Foi requerida ainda a absolvição dos réus por não constituir o fato infração penal por falta de provas de dolo e por não existir provas suficientes para a condenação dos réus. Pelas provas testemunhais, não restou comprovado o dolo para a constituição do crime ora imputado aos réus. Ademais, existe a prescrição punitiva uma vez que o crédito tributário era exigido desde o ano de 2008, época esta que o crédito já poderia ser cobrado. **Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença:**”VISTOS. KELLEME REGINA MARCASSO CASEMIRO, qualificada a fls.10, e CRISTIANO MARCASSO, qualificado a fls.106, foram denunciados como incurso no artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, c.c. artigo 71, do CP, porque durante o período de 2008 a abril de 2009, os sócios administradores da empresa Fundição & Zincagem São Carlos Ltda, localizada na Rua Armando dos Santos, 21, Vila Izabel, nesta cidade e Comarca, previamente ajustados e com unidade de propósitos, com manifesta intenção de não recolherem impostos aos cofres públicos, suprimiram tributos a título de ICMS, mediante fraude à fiscalização tributária, ao inserir elementos inexatos em documentos exigidos pela lei fiscal, deixando de recolher ao Fisco a importância de R\$21.370,03. Recebida a denúncia (fls.175), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.235). Em instrução foram ouvidas uma testemunha de acusação (fls.263) e uma de defesa (fls.262) por mídia. Hoje, foi ouvida uma testemunha de defesa e os réus interrogados. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a absolvição por falta de dolo. A defesa pediu a nulidade *Ab Initio*, rejeição da denúncia e absolvição por falta de dolo dos réus. Subsidiariamente, o reconhecimento da prescrição punitiva. **É o relatório. Decido.** Como bem observado nas alegações do Ministério Público *“há dúvidas quanto ao dolo. Não se tem certeza se os réus sabiam ou não da troca de códigos na escrituração das notas. A ré Kellem não participava da administração direta da empresa e não acompanhava a contabilidade. Já o réu Cristiano, disse que pagava contador e o mesmo fazia serviços e que nunca ouviu falar do diferimento mencionado na denúncia, deixando tudo para o contador. E em razão desse acontecimento, acabou dispensado o referido contador. Assim, na dúvida quanto ao dolo, requeiro a absolvição dos réus, ressaltando-se que no âmbito civil a matéria deverá ser discutida, sendo que as partes ajuizaram ação anulatória do débito fiscal (fls.111/120)”* De fato, a prova colhida não é segura para a condenação. Não se tem certeza se os réus atuaram dolosamente na inversão de códigos de escrituração, ou se sabiam que o contador praticou o equívoco e consentiram nessa prática irregular. Não se apurou, efetivamente, se houve dolo. Embora não se possa excluir essa possibilidade, a falta de provas não autoriza a condenação. A dúvida beneficia os réus, observando que a responsabilidade penal é diferente da tributária e


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

pressupõe a comprovação da culpa em sentido amplo. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** KELLEM REGINA MARCASSO CASEMIRO e CRISTIANO MARCASSO com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor:

Réus: